

POLICIAMENTO AMBIENTAL - O QUE PRIORIZAR

João Silva Soares Castilho¹

RESUMO

O presente trabalho teve a intenção de analisar o que deve ser priorizado no policiamento ostensivo preventivo e especializado na proteção do meio ambiente desenvolvido pelo Comando de Policiamento Ambiental e suas unidades subordinadas, órgãos especiais de execução da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Através do método hipotético dedutivo, com pesquisas realizadas em bibliografias aliadas a indicadores operacionais, foi possível entender que os estudos científicos desenvolvidos por pesquisadores no Programa Biota sedimentados no livro “Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo”, podem se somar aos critérios multidisciplinares e transversais já utilizados pelos Oficiais gestores do Policiamento Ambiental, em consonância com as estratégias eleitas pelo Governo do Estado.

Palavras-Chave: Gestão pública. Policiamento. Meio ambiente.

ABSTRACT

This work had the intention to examine what should be prioritized in ostensible preventive policing and specialized in environmental protection developed by the Environmental Control of policing and its subordinate units, special bodies for the implementation of the Military Police of São Paulo State. Through the hypothetical

¹ O autor é Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, formado no Curso Preparatório de Oficiais e no Curso de Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, graduado em Ciências Jurídicas pelas Faculdades Integradas Guarulhos e especialista em Policiamento Ambiental e Direito Penal Ambiental.

deductive method, with surveys conducted in bibliographies together with operational indicators, it was possible to believe that the scientific studies undertaken by researchers sedimented in the book "Guidelines for the Conservation and Restoration of Biodiversity in the State of São Paulo", can addition to the multidisciplinary and cross-cutting criteria already used by managers of the Official Environmental Policing in line with the strategies chosen by the State Government.

Key-Words: Public management. Policing. Environment.

INTRODUÇÃO

O Policiamento Ambiental no Estado de São Paulo se iniciou como Polícia Florestal em 14 de dezembro de 1949, quando um contingente de 27 homens da então Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP) comandados pelo 1º Tenente PM Odilon Spínola Neto, foi colocado à disposição da Secretaria da Agricultura para a missão de fiscalizar e proteger os recursos naturais no Estado de São Paulo.

Décadas se passaram e hoje, a então FPESP é a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), e aquele contingente específico para a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais é o segmento da PMESP especializado na execução do policiamento ostensivo preventivo rural e ambiental, representado no Comando de Policiamento Ambiental (CPAmb) com suas 04 unidades subordinadas, hoje ligados à Secretaria do Meio Ambiente (SMA), por força de resolução conjunta celebrada entre esta e a Secretaria de Segurança Pública (SSP) no ano de 1997.

A árdua missão de proteger o meio ambiente e os recursos naturais do Estado de São Paulo, impondo aos infratores responsabilidades na esfera penal comum e ambiental, administrativa e civil não é tarefa simples, tendo em vista as

características próprias do território paulista, ao mesmo tempo rico em sua biodiversidade e também impulsionado pelo progresso e pela pujança de suas riquezas, que ao longo da história já se prestou à produção de vários ciclos produtivos na agricultura e com grandes centros industriais.

Assim, o emprego de seus meios e efetivo deve ser muito bem direcionado, haja vista que a escolha de prioridades operacionais deve ser pautada por critérios sólidos e comprovadamente necessários e úteis na consolidação da conservação e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais e hídricos paulistas, concomitantemente à missão de levar ao homem do campo a sensação de segurança.

Desta forma, o problema apresentado no presente trabalho está na dificuldade que os gestores do Policiamento Ambiental enfrentam para estabelecer prioridades para a execução do policiamento ostensivo preventivo ambiental, tendo em vista que os critérios ora disponíveis, além dos indicadores operacionais, estão nada mais que nas políticas públicas direcionadas pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Estado, hoje consolidadas nos 21 Projetos Ambientais Estratégicos do Governo do Estado de São Paulo, fora alguns programas específicos e regionais delineados pela própria SMA.

O que deve ser focado ou priorizado? As ações de fiscalização sobre a flora? Priorizar o atendimento de denúncias sobre a fauna, a exemplo de maus tratos a animais ou em cativeiro? Todas são perguntas que de difícil resposta, não se vislumbrando uma padronização única para se aplicar no Estado todo.

Com isso, os dados operacionais, a doutrina e a experiência profissional de cada gestor no policiamento ambiental, ora representados pelo CPAmb, e por seus comandantes de Batalhões de Polícia Ambiental (BPAmb) e Companhias de Polícia Ambiental (Cia/PAmb), têm importância fundamental, pois ora embasam e somam às práticas operacionais, facilitando o direcionamento das atividades de fiscalização do policiamento ambiental.

Para se somar aos valiosos conhecimentos profissionais multidisciplinares dos Oficiais gestores do Policiamento Ambiental, e aos seus indicadores operacionais acessíveis pelo Sistema de Administração Ambiental (SAA)² do CPAmb, surge uma nova ferramenta sedimentada num estudo científico desenvolvido pela Fundação de Amparo e à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), originado em 1999, quando surgiu o Programa Biota, que hoje está descrito na obra “Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo”, organizado por Rodrigues e Bonini (2008).

Com isso, o que está compilado em “Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade do Estado de São Paulo” pode se apresentar como mais uma ferramenta útil para direcionar o esforço de fiscalização, e principalmente, de ostensividade e prevenção do policiamento ambiental, no cumprimento da missão institucional da PMESP, que é a de executar a segurança pública ambiental e rural no Estado de São Paulo.

1 DESENVOLVIMENTO

Na procura dos critérios que orientassem as prioridades para os gestores do Policiamento Ambiental, procurou-se quais seriam as fontes que pudessem fornecer dados efetivos, de influência na questão ambiental, com interferência direta nas atividades do Policiamento Ambiental.

O ponto de partida na recente estrutura do Estado, foi a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Estado de São Paulo, que é o

² SAA é um programa de computador que funciona como base de dados, gerenciado pelo próprio Comando de Policiamento Ambiental (CPAmb) e utilizado por todas as suas Unidades e Subunidades subordinadas, o qual possibilita o gerenciamento de dados operacionais e administrativos, destacando ora os operacionais que são oriundos dos Boletins de Ocorrências do Policiamento Ambiental (BO/PAmb), Termos Circunstanciados do Policiamento Ambiental (BO-TC/PAmb) e Autos de Infração Ambiental (AIA) registrados em todo o Estado, permitindo levantamentos estatísticos e de indicadores que possibilitam orientar o policiamento.

órgão central do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA)³, e gestor das ações de proteção do meio ambiente, ora sedimentadas nos 21 Projetos Ambientais Estratégicos do Governo do Estado de São Paulo.

No aspecto ambiental e de sua biodiversidade, na própria SMA, obteve-se no Instituto de Botânica, o estudo que foi produzido por pesquisadores com relação ao tema, no sentido de indicar prioridades para a proteção e conservação do meio ambiente.

Verificou-se que a Secretaria do Meio Ambiente (SMA), através do Instituto de Botânica e a FAPESP, lançaram no final do ano de 2008, mais precisamente em novembro, o livro denominado “Diretrizes para a conservação e restauração da biodiversidade do Estado de São Paulo”.

Sedimentando um estudo de vários pesquisadores, dentro do Programa Biota, surgido em 1999, uma iniciativa da própria FAPESP em conjunto com a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), teve por objetivo articular pesquisas para analisar e mapear a biodiversidade paulista, incluindo a fauna, a flora e os microorganismos, e indicar o que fazer para a conservação do que ainda resta, bem como recuperar o que é possível ser recuperado.

Por fim, foram obtidos indicadores de dados operacionais, junto ao CPAmb com o fito de se saber as tendências dos atendimentos de ocorrências, quais são mais incidentes entre fauna ou flora.

1.1 Material e Métodos

³ O SEAQUA, com base no art 193 da Constituição do Estado de São Paulo de 1989 e na Lei Estadual Nº 9.509, de 20 de março de 1997, propõe a política de proteção do meio ambiente no estado, coordenando e integrando as diversas ações dos seus órgãos responsáveis.

Utilizando o método hipotético dedutivo, com base nas pesquisas em bibliografia e sítios eletrônicos da SMA, de pesquisadores, bem como nos sistemas inteligentes do CPAmb, procurou-se obter dados que permitissem responder ao questionamento ora apresentado, ou seja, entre as atividades de proteção do meio ambiente, quais seriam as mais interessantes serem priorizadas pelo Policiamento Ambiental.

1.1.1 Projetos Ambientais Estratégicos do Governo do Estado

O início da pesquisa se deu pela verificação dos 21 Projetos Ambientais Estratégicos do Governo do Estado de São Paulo que foram lançados no início da gestão do Governador José Serra, mais precisamente em 02 de abril de 2007, fruto de um trabalho de pesquisadores e técnicos da SMA, tendo por eixos balizantes o aquecimento global, o desenvolvimento sustentável e a gestão eficiente do meio ambiente.

Os projetos ambientais estratégicos do Governo do Estado são:

- 1) Projeto Serra do Mar: Tem por objetivo recuperar as áreas ocupadas nas encostas do Parque Estadual da Serra do Mar, restaurando áreas degradadas. Este projeto é mais visível na região denominada de Bairros Cotas e Água Fria, no município de Cubatão/SP, às margens da Rodovia Anchieta, ou seja, bairros originados por ocupação no interior de Unidade de Conservação (UC), o Parque Estadual da Serra do Mar (PESMAR).
- 2) Projeto São Paulo Amigo da Amazônia: Visa desenvolver programas para diminuir a entrada de madeira ilegal de origem da região amazônica. Inspirou-se no programa da Organização Não Governamental (ONG) Greenpeace, que

desenvolvia um projeto de nome “Cidade Amiga da Amazônia”. Tem como principais atores o Policiamento Ambiental, o Instituto Florestal (IF) e a Fundação Florestal (FF), que desenvolvem ações de fiscalização conjuntas em estradas, visando detectar carregamentos irregulares de madeira, bem como ações em madeiras, visando coibir o comércio ilegal. É o projeto que mais se destaca, repercutindo logo no seu início junto a administração do Governo Federal, pois o Estado de São Paulo havia adotado postura contra o desmatamento na Amazônia, enquanto que as ações em âmbito Federal ainda estavam incipientes.

- 3) Projeto Respira São Paulo: Pretende controlar a poluição do ar nas regiões metropolitanas, medindo a emissão de gases poluentes dos veículos e indústrias. São atores principais o Policiamento Ambiental e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).
- 4) Projeto Reforma Administrativa: Responsável pela reestruturação da SMA.
- 5) Projeto Praia Verde: Este utiliza programas que pretendem efetivar a melhoria da qualidade ambiental do litoral paulista, bem como da balneabilidade das praias.
- 6) Projeto Pesquisa Ambiental: Voltado para o campo científico, envolvendo os institutos de pesquisa da SMA, as Universidades e o setor privado. Aqui figurou a FAPESP com o seu programa Biota/FAPESP, que está estudando a biodiversidade no Estado.
- 7) Projeto Mutirões Ambientais: Tem a intenção de mudar atitudes das comunidades paulistas, difundindo ações de mobilização social para a conscientização ambiental.
- 8) Projeto Municípios Verdes: Trabalha para incentivar os municípios adotarem políticas saudáveis para o meio ambiente, aderindo os que desejarem ao Protocolo

Verde/Gestão Ambiental Compartilhada, certificando os municípios ambientalmente corretos, dando prioridade de acesso aos recursos públicos.

- 9) Projeto Mata Ciliar: Trabalha no sentido de recuperar as matas ciliares do Estado, e assim aumentar a cobertura vegetal bem como propiciar corredores para a fauna. Envolve, dentre outras, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, haja vista também que o homem do campo é um dos principais focos deste trabalho, para que preserve a mata ciliar, no entorno de cursos d'água e nascentes existentes nas propriedades particulares.
- 10) Projeto Mananciais: Guarapiranga, Billings e Cantareira: Agora também estendido para o alto Tietê, na Zona Leste até a sua nascente, bem como afluentes, o projeto também pretende recuperar as bacias hidrográficas mencionadas, e para tanto, com forte ação do Policiamento Ambiental na fiscalização e da Prefeitura do Município de São Paulo, alcançando o congelamento de algumas áreas e também combatendo a prática de bota-fora, ou seja, deposição de resíduos sólidos, entulhos, na região ora apontada.
- 11) Projeto Lixo Mínimo: Procura reduzir, com o fim de extinguir os lixões a céu aberto em todo o Estado. Para tanto, aprimorou a gestão sobre os resíduos domiciliares, estimulando a reciclagem.
- 12) Projeto Licenciamento Unificado: Com a reforma administrativa, preocupou-se em adotar padrões para desburocratizar os serviços da SMA, agilizando o trâmite dos licenciamentos, distribuindo para os municípios, também integrantes do Sistema de Proteção Ambiental (SISNAMA e SEAQUA), a possibilidade de licenciarem empreendimentos de impacto local. Está também trabalhando para a criação das Agências Ambientais

unificadas, para que todos os serviços de licenciamento e análise de recursos, sejam ali centralizados.

- 13) Projeto Gestão de Unidades de Conservação: Implementação da administração e operacionalização das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, criando e aprovando planos de manejo para cada uma delas, que ainda não têm. Ainda, reforçar a fiscalização em suas áreas protegidas. Conta com o apoio do Policiamento Ambiental para a fiscalização.
- 14) Projeto Fauna Silvestre: Com um dos focos no combate ao tráfico de animais silvestres, haja vista que muitos dos animais comercializados no Estado de São Paulo são de origem de outras regiões do país e, quando algumas pessoas desavisadas fazem a soltura de algum espécime no meio ambiente paulista, acaba prejudicando os que aqui são endêmicos. A questão de destinação dos apreendidos também é preocupação, procurando assim instalar locais de recepção desses animais. É de grande interesse do Policiamento Ambiental.
- 15) Projeto Etanol Verde: Estimula o desenvolvimento sustentável, e para tanto, junto aos empreendedores de empresas sucroalcooleiras está desenvolvendo ações para incentivá-los a certificar suas empresas (usinas de produção de álcool e derivados), aderindo a protocolo de conduta agro ambiental. Reflete nas ações de fiscalização do Policiamento Ambiental no interior do Estado, haja vista que a expansão da lavoura de cana-de-açúcar é muito grande para atender a demanda da produção de álcool.
- 16) Projeto Esgoto Tratado: Em parceria com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e demais serviços autônomos de tratamento de esgoto e água do Estado, procura implementar os serviços de tratamento de esgoto, e conseqüentemente, assegurando

a melhor qualidade do uso da água, e, para tanto, procurando também os municípios com problemas de tratamento de esgoto, para que estes firmem Termos de Ajuste de Conduta, para correção dos problemas ambientais decorrentes, passando a tratar seus esgotos.

- 17) Projeto Ecoturismo: Mais uma vez pensando no desenvolvimento sustentável, este projeto adota ações de incentivar o ecoturismo nos Parques Estaduais, com o foco principal na Mata Atlântica, envolvendo também a educação ambiental das pessoas.
- 18) Projeto Desmatamento Zero: Aumentando o rigor na concessão das autorizações de corte de árvores e desmatamentos na área rural, o projeto pretende instituir uma moratória para o desmatamento.
- 19) Projeto Cenários Ambientais 2020: Inspirado na Agenda XXI, procura elaborar cenários ambientais para o ano de 2020, estudando variáveis como o comportamento da população e sua expansão, urbanização e atividades potencialmente poluidoras, com influência no aquecimento global e no meio ambiente no Estado de São Paulo.
- 20) Projeto Aquíferos: Pretende adotar ações que venham a proteger o Aquífero Guarani, identificando áreas sensíveis, controlando ou até restringindo a exploração de água do solo, o que ocorre por intermédio de poços artesianos.
- 21) Projeto Cobrança do Uso da Água: Procura regulamentar a cobrança do uso da água nas bacias hidrográficas do Estado.

Em 16 de janeiro de 2009, foi entrevistada Roberta Buendia Sabbagh, assessora especial de Gestão Estratégica da SMA e responsável pelo monitoramento de todos os 21 Projetos Ambientais Estratégicos em desenvolvimento, sendo o mais importante elo de ligação entre os gerentes de cada um deles e o Secretário do Meio

Ambiente, participando assim de suas diretrizes e do direcionamento de suas ações, motivo pelo qual tem uma visão sistêmica do assunto.

Roberta destacou os Projetos São Paulo Amigo da Amazônia, Serra do Mar e Fauna, como os que vêm se destacando com a participação do Policiamento Ambiental, que por sinal alavanca todos os projetos que participa.

Não apontou nenhuma prioridade entre tais projetos, considerando todos importantes entre si, levando à conclusão que em termos estratégicos, o Governo do Estado, através da SMA, permanece focando todos os 21 Projetos Ambientais como o norte a ser seguido como política de meio ambiente no âmbito do Estado de São Paulo, e a Polícia Ambiental tem papel importante para a sua consecução, principalmente nos projetos que atua de forma mais direta.

1.1.2 Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo

A marcha na intenção de se obter as prioridades no Policiamento Ambiental, levou ao estudo desenvolvido pela FAPESP, em conjunto com a SMA, e consolidado no livro lançado em novembro de 2008 chamado “Diretrizes Para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo” (RODRIGUES; BONONI, 2008).

O estudo em questão teve origem em 1999, quando a FAPESP iniciou o Programa Biota objetivando estimular projetos de pesquisa e analisar a biodiversidade do Estado de São Paulo, com o escopo de abranger a fauna, a flora e os microorganismos.

O Programa Biota envolveu diversos cientistas ligados à flora, fauna e ecologia da paisagem, e permitiu um mapeamento das áreas de concentração de diversidade biológica, e conseqüentemente, as

regiões que pedem maior empenho dos meios de proteção estatal ao meio ambiente.

O estudo foi evoluindo, envolvendo uma série de pesquisadores, que em cada campo de seu conhecimento, permitiu situar cada grupo temático que o compôs, sendo produzidos mapas temáticos e sínteses, que foram detalhados no livro referido.

Foram considerados como grupos temáticos os mamíferos, as aves, os répteis e anfíbios, os peixes, os invertebrados, a flora e as características de paisagens.

Ressaltou-se que foram identificados 92.183 fragmentos florestais remanescentes de diferentes tamanhos e em diversos estados de degradação.

Apontou ainda que em virtude de perturbações agrícolas e urbanas, os poucos remanescentes florestais identificados, têm a conservação de sua biodiversidade comprometida, e que para sua conservação e restauração, diversas medidas de fiscalização e de proteção deveriam ser tomadas, a exemplo de criação de novas Unidades de Conservação (UC) públicas ou privadas, com incentivos e investimentos governamentais, bem como a fiscalização para a conservação e restauração das matas ciliares com elevada diversidade vegetal e valor biológico, procurando assim, permitir, utilizando-se estas matas ciliares como corredores ecológicos permitindo a conectividade entre os diversos fragmentos de floresta e reservas legais existentes (RODRIGUES; BONONI, 2008, p. 13).

Assim sendo, a quantidade de fragmentos florestais distribuídos no estado, com seus valores ecológicos agregados em diferentes estágios de conservação e, a possibilidade ainda apontada de recuperá-los e integrá-los, ressaltou a importância das matas ciliares e das Reservas Legais, que servem ou serviriam como corredores ecológicos entre os diversos fragmentos.

Os pesquisadores de cada um dos grupos temáticos já mencionados, perante as considerações ora elencadas, definindo como estratégias para a conservação e restauração da biodiversidade, propuseram ações, apontadas a seguir:

1) Criação ou extensão de Unidades de Conservação de Proteção Integral; 2) Incentivo à averbação de Reserva Legal; 3) Estímulo à restauração das Áreas de Preservação Permanente; 4) Criação de mosaicos de corredores ecológicos e 5) Coleta de dados biológicos. Além das ações em si, os especialistas podiam indicar o grau de relativo de prioridade e uma justificada ação. Com este conjunto de informações, foram gerados os mapas de estratégias de conservação por grupo temático, que posteriormente foram sintetizados em três mapas [...] (RODRIGUES; BONONI, 2008, p. 67).

Fora essas propostas, o estudo sedimentado apontou as seguintes conclusões:

- 1) A necessidade de que os dados científicos sobre a biodiversidade dos remanescentes sejam organizados e disponibilizados em banco de dados, sendo fundamentais para o estabelecimento de diretrizes de conservação da biodiversidade remanescente.
- 2) Os fragmentos remanescentes de vegetação podem exercer papel de destaque na conservação da biodiversidade, caso os estudos e ações para amenização das degradações, corrigindo a forma de conectividade forem incentivados e apoiados financeiramente.
- 3) Os mesmos fragmentos de remanescentes de vegetação, diante da degradação histórica no Estado de São Paulo devem ser protegidos de perturbações e conectados na paisagem através da restauração das Áreas de Preservação Permanente (APP) ou matas ciliares, que podem atuar como corredores ecológicos ou núcleo de dispersão de sementes.

Foi ressaltada também a importância do programa ora descrito para as políticas públicas de gestão ambiental, envolvendo suas ações de prevenção e de fiscalização.

Exemplo disso, vale mencionar que o Ministério Público Estadual (MPE), por seu Procurador Geral de Justiça, através do Ato Normativo Nº 552/08 - PGJ, de 04 de setembro de 2008 e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 05 de setembro de 2008, instituiu o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente

(GAEMA) e a Rede Executiva Protetiva do Meio Ambiente (MPE, 2008), e como metas para tal grupo, editou o Ato Normativo Nº 565/2009, de 13 de janeiro de 2009, publicado no DOE de 14 de janeiro de 2009 (MPE, 2009), com base no Programa Biota da FAPESP.

Os mapas temáticos referenciados no presente trabalho podem ser encontrados no sítio eletrônico www.biota.org.br ou no livro ora mencionado, “Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo” (RODRIGUES; BONINI, 2008).

1.2 Resultados

Procurando verificar as infrações de maior incidência e contemplá-las mediante o estudo do programa Biota da FAPESP, indicando o precário estado da flora paulista, sofrendo ações de degradação nos fragmentos de vegetação e nas matas ciliares, afetando conseqüentemente a biodiversidade, foram comparados os dados dos anos de 2007 e 2008, na intenção de se ter o panorama da situação operacional do Policiamento Ambiental.

Os dados operacionais analisados foram os registrados nos Boletins de Ocorrência da Polícia Ambiental (BO/PAmb) que estão inseridos nas bases de dados do SAA do CPAmb.

Tabela 1 Registros de BO/PAmb nas Unidades do CPAmb no ano de 2007.

DESCRIÇÃO	TOTAL
FAUNA SILVESTRE	10782
FLORESTAIS	54685
MINERARIAS	575
OUTRAS	14141
PESCA	10321
GERAL	90504

Fonte SAA do CPAmb, adaptada pelo autor.

Pela tabela 1 observou-se que aproximadamente 60% do total de BO/PAmb foram de ocorrências ligadas à flora.

Cumpra esclarecer sobre as inseridas como outros atendimentos que apresentam os registros de atendimentos de furtos, uso de entorpecentes etc, por exemplo, não se enquadrando como atendimentos ambientais.

Tabela 2 Registro de BO/PAmb nas Unidades do CPAmb no ano de 2008.

DESCRIÇÃO	TOTAL
FAUNA SILVESTRE	12314
FLORESTAIS	55741
MINERARIAS	648
OUTRAS	12481
PESCA	10966
Geral	92150

Fonte: SAA do CPAmb, adaptada pelo autor.

Pela tabela 2, observou-se que em 2008, na mesma proporção do ano anterior, permaneceu a predominância de atendimentos de ocorrências ambientais ligadas à flora.

Tabela 3 Registro de denúncias ambientais no CPAmb no ano de 2008.

DESCRIÇÃO	TOTAL
FAUNA SILVESTRE	5901
FLORESTAIS	16004
OUTRAS	11343
PESCA	652
Geral	33900

Fonte: SAA do CPAmb, adaptada pelo autor.

Pela tabela 3, com relação ao que foi comunicado pela população em geral através de denúncias no ano de 2008, a flora permaneceu também como a mais incidente como alvo de algum tipo de degradação.

1.3 Discussão

Os projetos estratégicos do Governo do Estado de São Paulo aborda, de certa forma, todos as áreas de proteção do meio ambiente, ligadas à flora, à fauna, aos recursos hídricos, ao ar, ao solo, a monitoramento de atividades potencialmente poluidoras e a aspectos administrativos de sua proteção.

Vinculando os projetos elencados com as missões desenvolvidas pelo Policiamento Ambiental da PMESP, destaca-se os

ligados à proteção de Unidades de Conservação (UC), matas ciliares, à qualidade do ar e da água, da pesca e da fauna silvestre no geral.

O trabalho realizado pela FAPESP materializado no Programa Biota aponta como fundamental a conservação e a restauração dos fragmentos de florestas remanescentes no estado de São Paulo, bem como da conectividade entre eles.

Com isso, este estudo aponta que é necessária a adoção de políticas públicas para a proteção e ampliação de UC, de reservas legais e matas ciliares, como forma de proteger não somente os recursos da flora, mas também toda a biodiversidade que nela está inserida.

Tão importante foi o estudo dos pesquisadores do Programa Biota que já serviu de base para o Ministério Público do Estado de São Paulo estabelecer metas para seu grupo de proteção do meio ambiente, o GAEMA.

Concomitante, os indicadores do Policiamento Ambiental demonstram que a flora é realmente a mais atingida pelas atividades de degradação do homem, e com ela perecem todas as demais formas de vida existentes no meio ambiente, poluindo e destruindo os recursos naturais.

Assim sendo, torna-se coerente a indicação como prioritária a execução da prevenção em torno de UC, reservas legais e matas ciliares, pois assim se está atendendo não só aos projetos estratégicos do Governo do Estado, mas também aos indicadores operacionais do CPAmb e aos estudos científicos que apontam a necessidade de se conservar e restaurar a flora, através de seus fragmentos de florestas e de sua conectividade, como sendo o meio mais viável e lógico de se conservar e proteger toda a biodiversidade.

Por fim, a universalidade da atividade policial impõe a necessidade de que juntamente às vitórias ambientais, sejam também priorizadas as ações de policiamento ostensivo preventivo rural, pois o patrulheiro do Policiamento Ambiental não se prende

somente a aspectos de proteção do meio ambiente, mas também a aspectos ligados à segurança pública, missão precípua da PMESP.

CONCLUSÃO

Diante do problema proposto de se indicar o que deve ser priorizado pelo Policiamento Ambiental da PMESP, ficou demonstrado que as ações de policiamento ostensivo preventivo ambiental precisam ser direcionadas para a forma mais adequada de proteção a toda biodiversidade paulista.

Os indicadores operacionais, os estudos dos pesquisadores da FAPESP, em consonância com os projetos ambientais estratégicos, do Governo do Estado, apontam que deve haver uma prioridade para a proteção das UC, reservas legais e mata ciliares, pois assim estará se protegendo toda a ecologia, envolvendo não somente a flora, mas também a fauna silvestre nela inserida e todos os demais recursos naturais.

Concomitante a tudo isso, com a mesma ação preventiva na proteção do meio ambiente, dentro da universalidade da atividade policial, dever-se-á atuar com vistas também a manutenção da ordem pública, levando-se sensação de segurança nas áreas rurais vistoriadas.

Por isso, o policiamento ostensivo preventivo ambiental e rural é direcionado por critérios diversos, razão pela qual os dados científicos inseridos nos estudos ora explorados, servem como uma das fontes a ser analisadas na hora de se indicar prioridades, mas não a única, pois o serviço policial é dinâmico e multidisciplinar, devendo ser conjugado e interpretado pela mais importante peça na engrenagem, que é o profissional de polícia, ora representado pelo Oficial responsável pela gestão do Policiamento Ambiental na PMESP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO (SÃO PAULO). Ato Normativo Nº 552/08 - PGJ, de 04 de setembro de 2008. Institui o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) e a Rede de Atuação Protetiva do Meio Ambiente, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: < http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/rede_gaema/ATo-PGJ-552-08-GAEMA.mht > Acesso em: 10 mar. 2009.

_____. Ato Normativo Nº 565/2009 - PGJ, de 13 de janeiro de 2009. Dispõe sobre as metas gerais e regionais para a atuação do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) e da Rede de Atuação Protetiva do Meio Ambiente. Disponível em: < http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2009/jan09/gaema.pdf > Acesso em: 10 mar. 2009.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; BONONI, Vera Lúcia Ramos (org.). **Diretrizes Para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente. FAPESP. 2008. ISBN 978-85-7523-022-0.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SÃO PAULO), 21 Projetos Ambientais Estratégicos. Disponível em: < <http://www.ambiente.sp.gov.br/projetos.php> > Acesso em: 04 jan. 2009.